



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

000001

SOLICITAÇÃO DE DESPESA / JUSTIFICATIVA

Victor Celso Martini
Prefeito

Prezado Prefeito,

Pelo presente a SECRETARIA MUNICIPAL de AGRICULTURA e MEIO AMBIENTE, vêm solicitar a aquisição de peças de reposição para do Picador de Galhos BC1000XL.

A aquisição destas peças se faz necessário, pois o desgaste é previsível e é necessário ter peças para reposição imediata para o equipamento não ficar parado. Este equipamento é importante para os serviços realizados pelo Departamento de Arborização Urbana, tais como poda e erradicação de árvores nos logradouros públicos do município.

As peças foram orçadas junto à fabricante do equipamento, pois somente a filial da Vermeer no Brasil trabalha com peças de reposição, ou seja, é a única fornecedora de peças conforme a declaração da fabricante em anexo.

Pelo orçamento apurado, o custo estimado para a aquisição das peças importa em um valor total de R\$ 3.105,52 (Três mil e cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Marialva, 14 de fevereiro de 2019.

Cordialmente,

Gionelton D. de Castro
Tec. Meio Ambiente



**PREFEITURA DE MARIALVA****Paraná**

Exercício: 2019

** Data da Impressão **

25/02/2019

Pedido de Compra Nº 370

Encaminhado para: Central de Compras

000002

Dados Gerais do PedidoData: 25/02/2019 (Centro Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUARIA E MEIPrazo Entrega / Execução: 5.00 DiasPrazo Pagamento: 30Registro de Preço: NÃOContato: Gionelton - 44-98459-2131 - 44-3232-4443Tipo:Número: -Faturamento:Observação: A aquisição de peças para o Picador de Galhos BC1000XL é necessária para a manutenção da referida máquina. Consequentemente importante para o desenvolvimento dos trabalhos desta secretaria junto aos munícipes.**Itens do Pedido**

<u>Lote</u>	<u>Item</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Unidade</u>	<u>especificacao</u>	<u>Vlr. Máx. Unitário</u>	<u>Vlr. Máx Total</u>
1	106487	4.00	UNID	FACA DE CORTE DE DUPLO LADO BC1000 XL	453,60	1.814,40
1	106488	16.00	UNID	PARAFUSO SEXT M16-2.00X100	12,50	200,00
1	106489	1.00	UNID	ELEMENTO FILTRANTE PARA FILTRO DE AR	162,00	162,00
1	106490	1.00	UNID	ELEMENTO FILTRANTE DO FILTRO	156,60	156,60
1	106491	1.00	UNID	FILTRO DE COMBUSTIVEL	97,09	97,09
1	106492	1.00	UNID	COXIM DE BORRACHA DO MOTOR	177,00	177,00
1	106493	1.00	UNID	ARRUELA LISA 50.8MM	11,88	11,88
1	106494	1.00	UNID	PARAFUSO SEXT M10-1.50X65	11,00	11,00
1	106495	1.00	UNID	PORCA SEXTAVADA FLANGEADA	6,05	6,05
1	106496	2.00	UNID	PARAFUSO SEXT FLANG M8-1.25X20	6,05	12,10
1	106497	1.00	UNID	ANEL DE NYLON PARA ROTAÇÃO DA CALHA	457,40	457,40

Elaborado por : Gionelton Duarte de Castro

De Acordo:

Secretário(a) Municipal
Fernando A. J. Arco-Verde
Diretor de Meio Ambiente

000003

ANEXO



VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA
RUA FRANCISCO JULIATO, 79 VALINHOS/SP 13279-000
E-mail: suporte@vermeer.com / pecas@vermeer.com
Fone: (19) 3517-9400
CNPJ: 11.377.665/0001-35 - IE: 708.221.350.113

Orçamento N° 009767

Cliente : 000397 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA
E-mail : licitacao@marialva.pr.gov.br
Endereço : RUA SANTA EFIGENIA, 680
Cidade : MARIALVA/PR
TEL : (44) 3232-8383
CNPJ : 76.282.680/0001-45

Data: 25/01/2019

Site :
Contato :
Bairro : CENTRO
CEP : 86990-000
FAX : (44) -
I.E. : ISENTO

: ISENTO											No. OS : 000004	
Item	Produto	Descrição	Disponibilidade NCM	UM	Qtd.	VL.c/ICMS R\$	Total c/ICMS R\$	% ICMS/ISS	ICMS/ISS R\$	% IPI	IPI R\$	
01	153175001	FACA DE CORTE DE DUPLO LADO BC1000X L	Disponível	UN	4	453,60	1.814,40	4	72,58	8	134,40	
02	508478100#	PARAFUSO SEXT M16-2.00X100	Disponível	UN	16	12,50	200,00	4	0,00	0	0,00	
03	151940001	ELEMENTO FILTRANTE PARA FILTRO DE A R	Disponível	UN	1	162,00	162,00	4	6,48	8	12,00	
04	180006987	ELEMENTO FILTRANTE DO FILTRO	Disponível	UN	1	156,60	156,60	4	6,26	8	11,60	
05	15340001	FILTRO DE COMBUSTIVEL	Disponível	UN	1	97,09	97,09	4	3,88	8	7,19	
06	153890001	COXIM DE BORRACHA DO MOTOR	Disponível	UN	1	177,00	177,00	4	7,08	18	27,00	
07	153891001	ARRUELA LISA 50.8MM	Sob Consulta	UN	1	11,88	11,88	4	0,48	10	1,08	
08	508476065	PARAFUSO SEXT M10-1.50X65	Sob Consulta	UN	1	11,00	11,00	4	0,44	10	1,00	
09	507085010	PORCA SEXTAVADA FLANGEADA	Disponível	UN	1	6,05	6,05	4	0,24	10	0,55	
10	507611020	PARAFUSO SEXT FLANG M8-1.25X20	Disponível	UN	2	6,05	12,10	4	0,48	10	1,10	
11	180012393	ANEL DE NYLON PARA ROTACAO DA CALHA	Sob Consulta	UN	1	457,40	457,40	4	18,30	5	21,78	
Valor Frete									0,00			
Valor Produtos									3.105,52			
Valor Total									3.105,52			

Obs : A disponibilidade de estoque pode variar até a confirmação do pedido. Os preços poderão sofrer reajustes. Condição de pagamento sujeito à análise de crédito.

Informações Gerais

Forma de Pagamento : À VISTA
Transportadora : ()
Nº Orçamento Cliente :
Local de Entrega : PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA
RUA SANTA EFIGENIA, 680 - CENTRO, MARIALVA/PR - 86990-000

Validade : 04/02/2019
Tipo Frete : CIF
Vendedor : (000005) MARCELO TEIXEIRA
Vendedor 2 : ()

000005

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA
R. SANTA EFIGÊNIA, 680
CENTRO
MARIALVA/PR

DECLARAÇÃO

Declaramos através deste termo, que atualmente a Vermeer Manufacturing não trabalha com distribuidores no Brasil para seus equipamentos e peças de reposição e todo atendimento de vendas e suporte pós-venda está sendo realizado diretamente pela fábrica através de sua filial no Brasil conforme dados abaixo:

Vermeer Equipamentos e Tecnologias Ltda.
Rua Francisco Juliato, 79 – Vale Verde
Valinhos – SP – Brasil
F: (19) 3517-9400

Valinhos, 10 de fevereiro de 2017.

Atenciosamente,



Herbert Waldhuetter
Diretor Latin America
Tel.: (19) 3517-9400
E-mail: hwaldhuetter@vermeer.com

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA
CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 14/02/2017
Emanuelson



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

000006

Pedido de Compras N.º370

Anexo N.º 228

Unidade Requisitante:

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da aquisição de itens para o Picador de Galhos BC1000XL (Vermeer), com o fornecimento de peças conforme especificações e quantidades estimadas constantes neste termo, a seguir descritas.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição destas peças se faz necessário, pois o desgaste é previsível e é necessário ter peças para reposição imediata para o equipamento não ficar parado. Este equipamento é importante para os serviços realizados pelo Departamento de Arborização Urbana, tais como poda e erradicação de árvores nos logradouros públicos do município.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Conforme o Pedido de Compra n.º 370

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: 3.105,52 (três mil, cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	4	UNID	FACA DE CORTE DE DUPLO LADO BC1000 XL	453,60	1.814,40
2	16	UNID	PARAFUSO SEXT M16-2.00X100	12,50	200,00
3	1	UNID	ELEMENTO FILTRANTE PARA FILTRO DE AR	162,00	162,00

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

000007

4	1	UNID	ELEMENTO FILTRANTE DO FILTRO	156,60	156,60
5	1	UNID	FILTRO DE COMBUSTIVEL	97,09	97,09
6	1	UNID	COXIM DE BORRACHA DO MOTOR	177,00	177,00
7	1	UNID	ARRUELA LISA 50.8MM	11,88	11,88
8	1	UNID	PARAFUSO SEXT M10-1.50X65	11,00	11,00
9	1	UNID	PORCA SEXTAVADA FLANGEADA	6,05	6,05
10	2	UNID	PARAFUSO SEXT FLANG M8-1.25X20	6,05	12,10
11	1	UNID	ANEL DE NYLON PARA ROTAÇÃO DA CALHA	457,40	457,40

- A licitação será uma Dispensa de licitação.

A o processo licitatório será através de dispensa de licitação, pois somente a filial da Vermeer no Brasil trabalha com peças de reposição, ou seja, é a única fornecedora de peças conforme a declaração da fabricante em anexo.

4. LOCAIS DE ENTREGAS DO BEM/SERVIÇOS

A entrega dos produtos será parcial e ou integral e deverá ser efetivada em 5 (cinco) ou mais dias, contados da data de emissão da ordem de entrega, podendo ser substituído pela requisição de compra ou solicitação de despesa, sendo a entrega no endereço: Av. Cristóvão Colombo, 1527, Centro, Marialva-Pr.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses.

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



6. GESTOR DE CONTRATO

Nome: Marina Mariko Moriya Matuguma

Matrícula: 920

Cargo: Gerente de Gestão de Contrato e Convênios

CPF: 039.897.088-21

7. FISCAIS DE CONTRATO.

Titular: Gionelton Duarte de Castro, Tec. em Meio Ambiente, CPF: 053.201.839-76

Suplente: Guilherme Torrecilia Netzel, Tec. em de Meio Ambiente, CPF: 068.759.409-06

8. ESTIMATIVA DA EXECUÇÃO

O valor total estimado da contratação de aquisição das peças é de R\$ 3.105,52 (Três mil e cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos) e foi obtido através de pesquisa de preço (orçamento) junto à única fornecedora de peças do referido equipamento. (ANEXO).

9. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Não será necessária a entrega de documentação relativa à qualificação técnica.

10. AMOSTRA TÉCNICA

Não será efetuada análise de amostra técnica para o referido processo, sendo que a conferência dos produtos dar-se-á somente no seu ato de entrega pelo fiscal do contrato, considerando todos os dispositivos constantes no Edital e, consequentemente, no Contrato.





GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

000009

11. DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- I. Será de responsabilidade da secretaria e/ou departamento requisitante: descritivo, quantitativo e formação de preço do objeto de licitação, sempre observando o não direcionamento de bem ou serviço conforme Artigo 3.º da Lei n.º 8.666/1993.
- II. No valor global da proposta apresentada, deverão estar inclusos os impostos, fretes, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas pertinentes à entrega do objeto, bem como aquelas decorrentes de eventuais substituições de produtos.
- III. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pelas agências e ou órgãos oficiais reguladores e fiscalizadores.
- IV. Os licitantes deverão constar na proposta a MARCA, inclusive o modelo, quando for o caso, dos produtos por eles cotados.
- V. Os fornecimentos deverão observar as especificações deste instrumento e as disposições constantes no Código de Defesa do Consumidor, conforme Lei Federal n.º 8.078 de 11/09/1990, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas em lei especial, quando for o caso.
- VI. O Município de Marialva comunicará a empresa contratada, por escrito, as deficiências porventura verificadas nos fornecimentos, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- VII. Quando da efetivação da compra, a empresa vencedora deverá emitir a Nota Fiscal de acordo (produto ou serviço, quantidade, marca e valores) com a Solicitação de Despesa ou Nota de Empenho emitida pela secretaria requisitante.

12. CONTATO

a) assuntos relacionados às especificações dos produtos e objeto:

Fone: (44) 3232-4443

E-mail: meioambiente@marialva.pr.gov.br

Responsável: Guilherme Torrecilia Netzel

b) assuntos relacionados aos documentos e editais:

Responsável: Marcos Dias

Fone: (44) 3232-8372

Responsável: Patrícia Hamada

Fone: (44) 3232-8386

E-mail: compras@marialva.pr.gov.br

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

000010

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, Estado do Paraná

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Gionelton D. de Castro

Gionelton Duarte de Castro
Tec. em Meio Ambiente

RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO E/OU SECRETARIA

Fernando A. J. Arco-Verde

Fernando A. J. Arco-Verde
Diretor de Meio Ambiente

Termo de Referência encaminhado para o Departamento de Licitação/Central de Compras.

Thiago Medeiros
Diretor de Licitação
RG: 9.977.652-8
CPF: 123.305.867-36

THIAGO MEDEIROS PINTO
DIRETOR DE LICITAÇÃO

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

000011

Ofício nº 130/2019
GAB

Marialva, 08 de março de 2019.

Ilmo Senhores:

Bruno Costa de Oliveira – Secretário Municipal de Finanças

Karina Bortolon Pires de Lima – Assessora Jurídica

João Roberto de Sá – Diretor de Controle Interno

Nesta

Preliminarmente, a autorização solicitada, expedida pelo (s) solicitante (s) em 25 de fevereiro de 2019, deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 – à indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face às despesas; (indicação fornecida pelo setor contábil)
- 2 – à elaboração de parecer jurídico sobre a presente dispensa de procedimento licitatório, em cumprimento às formalidades legais. (parecer a ser elaborado pelo setor jurídico)
- 3 – à apreciação e ciência sobre o presente procedimento licitatório (análise do Controle Interno).

Cordialmente,

Victor Celso Martini
Prefeito Municipal





GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

000012

Ofício nº 37/2019
DC/bsm

Marialva, 08 de março de 2019.

DD. Senhor
Victor Celso Martini
Desta

Em atenção ao ofício nº 130/2019, expedido por Vossa Senhoria em 08/03/2019, informamos a existência de previsão de recursos orçamentárias para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição solicitada de 25/02/2019, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária nº. 10.001.20.605.0017.2.113.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.114.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.115.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.116.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.118.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.119.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.120.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.122.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.122.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.391.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO.

Cordialmente,


Bruno Costa de Oliveira
Secretário Municipal de Finanças

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

Parecer n°. 113/2019

000013

Marialva, 08/03/2019

DD. Senhor
Victor Celso Martini
Prefeito Municipal
Desta

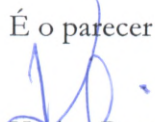
À apreciação deste Setor Jurídico processo administrativo referente à aquisição de peças para reposição do picador de galhos BC1000XL, da secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O presente processo foi devidamente observado no que pertine às exigências constantes no art. 14 da Lei n°. 8.666 de 21 de junho de 1993, conforme **informação** prestada pelo senhor Bruno Costa de Oliveira (responsável pelo setor contábil) quanto à existência de previsão de recursos de ordem orçamentária para fazer face às obrigações decorrentes da contratação, esclarecendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária n° 10.001.20.605.0017.2.113.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.114.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.115.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.116.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.118.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.119.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.120.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.122.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.122.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO; 10.002.20.605.0017.2.391.3.3.90.30.00.00. – 1000 - MATERIAL DE CONSUMO.

De acordo com a informação contida na solicitação de despesa de 25/02/2019, o preço da aquisição importa em R\$-3.105,52 (três mil, cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Tendo em vista a hipótese sub examinem subsumir-se ao previsto no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93, nosso parecer é pela existência de hipótese legal para a inexigibilidade da licitação, tendo em vista atestar o Solicitante da Despesa; no entanto, em se verificando não haver a alegada exclusividade, poderá ser adotada a modalidade “Pregão Presencial” nos termos da lei n°. 10.520/02 e Dec. n°. 5.450/2002, o que recomenda-se diante do vulto da contratação exceto no caso de entender o gestor por não tratar-se de serviços e produtos comuns, caso em que adotar-se-ão as modalidades de tomada de preços ou concorrência, de acordo com os limites do art. 23 da Lei n°. 8.666/1993, em qualquer dos casos responsabilizando-se o solicitante da despesa pela demonstração do interesse público e pela justificativa de preço apresentado.

É o parecer


Karina Bortolon Pires de Lima
Assessora Jurídica

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

Ofício nº 39/2019

000014

Parecer Controladoria

Trata-se de Processo Administrativo de nº 41/2019, na modalidade Inexigibilidade nº 02/2019, cujo objeto refere-se à aquisição de peças para reposição do picador de galhos BC1000XL, da secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Após análise minuciosa do processo acima referendado, a Controladoria Geral do Município de Marialva, no uso de suas atribuições, passa a opinar.

Cabe ressaltar que a Controladoria Geral, articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir a fim de resguardar a administração pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

A Inexigibilidade de processo licitatório é exceção que foge à regra da licitação pela Administração Pública. Todavia, a própria legislação intitula taxativamente no art. 25 da Lei 8.666/93, os casos previstos em que a Administração pública pode contratar de forma direta.

Dessa forma, consoante o disposto no art. 25, inciso I da Lei 8.666/93, é inexigível a licitação:

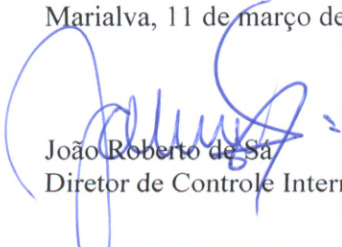
I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

Em análise aos requisitos legais, observa-se que no presente caso houve o estrito atendimento ao previsto na legislação pátria. Pois conforme documentos carreados aos autos e justificativa da Secretaria.

Diante do atendimento aos preceitos legais, com base no parecer jurídico nº 113/2019, a Controladoria Geral do Município de Marialva opina positivamente, com o presente processo de inexigibilidade de licitação com a celebração da aquisição de peças para reposição do picador de galhos BC1000XL, da secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Marialva, 11 de março de 2019.


João Roberto de Sá
Diretor de Controle Interno

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



[44] 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

000015

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.377.665/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/07/2009
NOME EMPRESARIAL VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 77.39-0-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente 33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária 33.14-7-15 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo 33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores 33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R FRANCISCO JULIATO	NÚMERO 79	COMPLEMENTO
CEP 13.279-000	BAIRRO/DISTRITO VALE VERDE	MUNICÍPIO VALINHOS
UF SP		ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VERMEER.COM
TELEFONE (19) 3517-9400 / (19) 3517-9433		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/07/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 07/03/2019 às 14:44:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

000016

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA
CNPJ: 11.377.665/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:15:20 do dia 03/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/08/2019.

Código de controle da certidão: **2CFD.DFBD.00A2.07BD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 11377665/0001-35
Razão Social: VERMMER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA
Endereço: ESTRADA DUILIO BELTRAMINI 6975 / CHACARA SAO BENTO /
VALINHOS / SP / 13278-078

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/02/2019 a 19/03/2019

Certificação Número: 2019021802041727248248

Informação obtida em 07/03/2019, às 14:42:37.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 11.377.665/0001-35

Certidão nº: 168739842/2019

Expedição: 07/03/2019, às 14:43:52

Validade: 02/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.377.665/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

JUCESP
10 09 15

5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
VERMEER EQUIPAMENTOS E
TECNOLOGIAS LTDA.

CNPJ/MF nº 11.377.665/0001-35

NIRE 35.223.460.833

Valinhos, 29 de julho de 2015.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

1. VERMEER MANUFACTURING COMPANY, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Iowa, Estados Unidos da América, com sede em 1210 Vermeer Road East, Pella, IA 50219, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.721.293/0001-10, neste ato representada por seu bastante procurador, **STEPHEN WESLEY HEAP**, cidadão norte-americano, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RNE W071826-H CGPI/DIREZ/DPF, inscrito no CPF/MF sob nº 231.506.928-90 residente e domiciliado na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Francisco Juliato, 79, Vale Verde, CEP 13279-000; e

2. VERMEER MARKETING CORPORATION, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Iowa, Estados Unidos da América, com sede em 1210 Vermeer Road East, Pella, IA 50219, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.998.602/0001-33, neste ato representada por seu bastante procurador, **STEPHEN WESLEY HEAP**, acima qualificado,

únicas sócias da sociedade empresária limitada VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA. ("Sociedade"), com sede na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Juliato, 79, Vale Verde, CEP 13279-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.377.665/0001-35, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.223.460.833, em sessão de 13 de julho de 2009, e 4ª e última alteração contratual registrada na JUCESP sob nº 71.058/15-1, em sessão de 11 de fevereiro de 2015, têm entre si justo e contratado, de mútuo e comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade conforme segue:



DUEP
10 09 15

2

I. As sócias decidem abrir uma nova filial da Sociedade na Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na Rodovia BR-101 Sul, km 17, nº 1.800, Prazeres, CEP 54335-000, a qual exercerá as atividades de importação, locação, montagem, comercialização e prestação de serviços, envolvendo equipamentos e tecnologias para os mercados de construção, reciclagem, agricultura, dentre outros.

II. Em virtude da alteração acima, a Cláusula 3ª do Contrato Social é alterada e passa a vigorar com a seguinte redação:

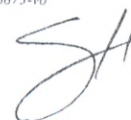
"Cláusula 3ª - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Juliato, 79, Vale Verde, CEP 13279-000. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão de sócias representando, ao menos, ¾ (três quartos) do capital social.

Parágrafo Único - A Sociedade possui as seguintes filiais:

(i) *filial localizada na Cidade de Buenos Aires, Argentina, na Av. Leandro N. Alem 1110, piso 13, C1001AAT; e*

(ii) *filial localizada na Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na Rodovia BR-101 Sul, km 17, nº 1.800, Prazeres, CEP 54335-000, que tem como atividades a importação, locação, montagem, comercialização e prestação de serviços, envolvendo equipamentos e tecnologias para os mercados de construção, reciclagem, agricultura, dentre outros."*

III. Ainda, com o expreso consentimento da sócia VERMEER MARKETING CORPORATION, as sócias decidem aumentar o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, de R\$ 13.444.336,00 (treze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais) para R\$ 43.323.598,00 (quarenta e três milhões, trezentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e oito reais), um aumento, portanto, no valor de R\$ 29.879.262,00 (vinte e nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais), representado por 14.939.631 (quatorze milhões, novecentas e trinta e nove mil, seiscentas e trinta e uma) novas quotas, com valor nominal de R\$ 2,00 (dois reais) cada uma, as quais são totalmente subscritas pela sócia VERMEER MANUFACTURING COMPANY mediante a capitalização do valor remanescente de créditos de exportação detidos por tal sócia contra a



DUCE SP
10 09 15

000020

3

Sociedade, no valor total de USD 8.999.777,75 (oito milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e sete dólares americanos e setenta e cinco centavos de dólares americanos).

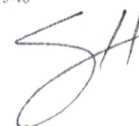
IV. Subsequentemente, as 14.939.631 (quatorze milhões, novecentas e trinta e nove mil, seiscentas e trinta e uma) novas quotas subscritas pela sócia **VERMEER MANUFACTURING COMPANY** são neste ato integralizadas, em moeda corrente nacional, com o produto da capitalização de créditos de exportação no valor de USD 8.999.777,75 (oito milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e sete dólares americanos e setenta e cinco centavos de dólares americanos) / R\$ 29.879.262,13 (vinte e nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e treze centavos), convertida pelo banco HSBC Bank Brasil S.A., à taxa de câmbio de USD 1,00 / R\$ 3,32, de acordo com o Contrato de Câmbio de Moeda Estrangeira nº 000130903444, celebrado na presente data. O saldo de R\$ 0,13 (treze centavos) ficará em reserva para futuro aproveitamento da sócia **VERMEER MANUFACTURING COMPANY**.

V. Diante das deliberações acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade é alterada e passa a vigorar com a seguinte redação:

* "Cláusula 5ª - O capital social da Sociedade, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 43.323.598,00 (quarenta e três milhões, trezentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e oito reais), dividido em 21.661.799 (vinte e um milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e nove) quotas com valor nominal de R\$ 2,00 (dois reais) cada uma, distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

I. **VERMEER MANUFACTURING COMPANY** - 21.661.798 (vinte e um milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e oito) quotas, com valor nominal total de R\$ 43.323.596,00 (quarenta e três milhões, trezentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e seis reais). O saldo no valor de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) permanece em reserva para futuro aproveitamento pela sócia **VERMEER MANUFACTURING COMPANY**; e

2. **VERMEER MARKETING CORPORATION** - 01 (uma) quota, com valor nominal de R\$ 2,00 (dois reais).



JUCESP
10 09 15

000021

4

Parágrafo 1º - As sócias deverão integralizar suas quotas decorrentes de futuros aumentos de capital em moeda corrente nacional ou em bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, desde que atendam a finalidade da Sociedade.

Parágrafo 2º - De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 3º - Cada quota confere o direito a um voto nas decisões das sócias."

VI. Por fim, as sócias decidem consolidar o Contrato Social da Sociedade o qual, já refletindo as deliberações acima, bem como outras alterações julgadas necessárias, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA.**

DENOMINAÇÃO

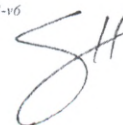
Cláusula 1ª - A Sociedade denomina-se VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA.

OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objeto a importação, locação, montagem, comercialização e prestação de serviços, envolvendo equipamentos e tecnologias para os mercados de construção, reciclagem, agricultura, dentre outros. A Sociedade poderá participar em outras sociedades como sócia ou acionista.

SEDE SOCIAL E DOMICÍLIO LEGAL

Cláusula 3ª - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Juliato, 79, Vale Verde, CEP 13279-000. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão de sócias representando, ao menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.



DUCESP
10 09 15

000022

5

Parágrafo Único - A Sociedade possui as seguintes filiais:

- (i) filial localizada na Cidade de Buenos Aires, Argentina, na Av. Leandro N. Alem 1110, piso 13, C1001AAT; e
- (ii) filial localizada na Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na Rodovia BR-101 Sul, km 17, nº 1.800, Prazeres, CEP 54335-000, que tem como atividades a importação, locação, montagem, comercialização e prestação de serviços, envolvendo equipamentos e tecnologias para os mercados de construção, reciclagem, agricultura, dentre outros.

PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 4ª - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado as suas atividades em 12 de junho de 2009.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª - O capital social da Sociedade, totalmente integralizado, é de R\$ 43.323.598,00 (quarenta e três milhões, trezentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e oito reais), dividido em 21.661.799 (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e nove) quotas com valor nominal de R\$ 2,00 (dois reais) cada uma, distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

1. VERMEER MANUFACTURING COMPANY - 21.661.798 (vinte e um milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e oito) quotas, com valor nominal total de R\$ 43.323.596,00 (quarenta e três milhões, trezentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e seis reais). O saldo no valor de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) permanece em reserva para futuro aproveitamento pela sócia VERMEER MANUFACTURING COMPANY; e
2. VERMEER MARKETING CORPORATION - 01 (uma) quota, com valor nominal de R\$ 2,00 (dois reais).



JUCESP
10 09 15

000023

6

Parágrafo 1º - As sócias deverão integralizar suas quotas decorrentes de futuros aumentos de capital em moeda corrente nacional ou em bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, desde que atendam a finalidade da Sociedade.

Parágrafo 2º - De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 3º - Cada quota confere o direito a um voto nas decisões das sócias."

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 6ª - O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado pelas sócias conforme *quorum* previsto neste Contrato Social.

Cláusula 7ª - O aumento de capital deverá ser deliberado em reunião de sócias, em que: (a) serão definidos os termos e condições do aumento de capital; (b) será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada a reunião de sócias para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade das sócias se pronuncie, nesse momento, com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.

Parágrafo Único - As reuniões de sócias mencionadas nesta Cláusula serão dispensadas caso a totalidade das sócias assine a correspondente alteração do Contrato Social.

ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 8ª - A Sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas, não sócias, residentes no Brasil, as quais usarão, individualmente, o título de "Diretor". O Diretor será designado pelas sócias representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas, e por unanimidade, se estiverem parcialmente integralizadas. O Diretor estará investido de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e



DUCE SP
10 09 15

000024

7

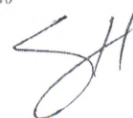
quaisquer circunstâncias.

Parágrafo 1º - As sócias ratificam a nomeação, para o cargo de Diretor da Sociedade, do Sr. **Herbert Waldhuetter**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.854.434-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 419.057.898-31, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Maria Emília Alves dos Santos Ângelis, 730, Parque Prado, CEP 13044-163, que deverá administrar e representar a Sociedade observadas as restrições previstas abaixo.

Parágrafo 2º - O Diretor possui mandato por prazo indeterminado, podendo ser substituído a qualquer tempo.

Parágrafo 3º - O Diretor não poderá praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, da sócia **VERMEER MANUFACTURING COMPANY**, autorização esta que poderá ser comprovada através de simples carta, fax ou e-mail:

- (i) nomear procuradores para representar a Sociedade na prática (a) dos atos abaixo elencados ou (b) de quaisquer outros atos por um período superior a 12 (doze) meses;
- (ii) engajar a Sociedade em novos negócios que não estejam relacionados ao seu objeto social;
- (iii) onerar, adquirir ou alienar participações da Sociedade em negócios, sociedades ou qualquer outro empreendimento;
- (iv) comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra forma onerar ou alienar bens imóveis;
- (v) comprar, vender, onerar ou de qualquer outra forma alienar bens móveis cujo valor individual ou em conjunto exceda R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), exceto aqueles bens fabricados ou comercializados pela Sociedade por fazerem parte do objeto social;
- (vi) prestar garantias em empréstimos ou outras obrigações da Sociedade ou de terceiros;
- (vii) celebrar ou assinar contratos ou acordos de qualquer natureza, cujo valor ou remuneração anual exceda R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) ou cujo prazo de duração seja superior a 12 (doze) meses, exceto contratos de câmbio, os quais poderão ser assinados sem restrição;



DUCESP
10 09 15

000025

8

- (viii) assinar cheques e quaisquer outros documentos financeiros da Sociedade cujo valor exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto transferências bancárias eletrônicas para cobrir folha de pagamento, pagamento de tributos, despesas com despachantes aduaneiros e corretoras de câmbio ou entre contas bancárias da Sociedade, as quais poderão ser realizadas sem restrição;
- (ix) licenciar o uso ou de qualquer outro modo divulgar propriedade intelectual ou industrial, incluindo, mas sem se limitar a tecnologia, patenteada ou não, dados técnicos, know-how ou outras informações confidenciais pertencentes à Sociedade;
- (x) confessar dívidas;
- (xi) conceder ou tomar empréstimos;
- (xii) constituir, cindir, fusionar, incorporar, dissolver, liquidar ou transformar sociedades subsidiárias; e
- (xiii) votar em assembleias e/ou reuniões de acionistas e/ou sócios, bem como tomar qualquer decisão em relação a sociedades subsidiárias.

Parágrafo 4º - O Diretor poderá constituir procuradores com poderes específicos para a prática de atos que não os enumerados no Parágrafo 3º acima sem a necessidade de autorização prévia, desde que as procurações sejam outorgadas por períodos iguais ou inferiores a um 1 (ano). Procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo 5º - A Sociedade será validamente representada pela assinatura isolada de um procurador na prática de atos relacionados à filial na Argentina.

REUNIÃO DE SÓCIAS

Cláusula 9ª - As deliberações das sócias serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e *quorum* dispostas neste capítulo.

Parágrafo 1º - A reunião será dispensada quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

Parágrafo 2º - De acordo com a legislação em vigor, a transcrição de ata de reunião de sócias em livro próprio é dispensada. As atas de reuniões de sócias e as resoluções de sócias poderão ser registradas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da sua



DUCESP
10 09 15

000026

9

assinatura perante a competente Junta Comercial, quando as sócias julgarem conveniente e/ou necessário.

Cláusula 10 – Sem prejuízo do disposto no presente Contrato Social e na legislação aplicável, as seguintes matérias dependem da deliberação das sócias:

- I - a aprovação anual das contas da administração;
- II - a alteração do Contrato Social;
- III - a incorporação, cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- IV - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- V - recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de falência.

Cláusula 11 - As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas pelo Diretor ou por sócias representando no mínimo 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo 1º - A convocação para a reunião de sócias será feita por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

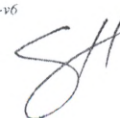
Parágrafo 2º - As formalidades de convocação serão dispensadas quando todas as sócias comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Cláusula 12 - A reunião será instalada com a presença de sócias representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, em primeira convocação, e maioria absoluta, nas demais convocações.

Parágrafo Único – As reuniões poderão ser presididas e secretariadas pelas sócias, seus representantes legais ou por pessoas escolhidas entre os presentes.

Cláusula 13 - As deliberações das sócias serão tomadas por votos correspondentes a, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo Único - As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todas as sócias, ainda que ausentes ou dissidentes.



DUCE SP
10 09 15

000027

10

CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 14 - As sócias poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, à sócia ou terceiro estranho à Sociedade, desde que não haja oposição de sócias representando mais de 1/4 (um quarto) do capital social. As sócias que concordarem com a cessão e/ou transferência deverão assinar todos os documentos necessários à comprovação da cessão e/ou transferência das quotas, inclusive à alteração do presente Contrato Social.

Cláusula 15 - Não obstante o disposto na Cláusula anterior, as quotas representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas às outras sócias, que terão o direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso por escrito da sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, a sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas às outras sócias.

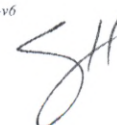
EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula 16 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data a partir da qual deverão ser levantados o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e os demais documentos exigidos por lei.

Parágrafo 1º - Os lucros apurados com base em balanço patrimonial de encerramento do exercício fiscal terão a destinação que for determinada pela maioria das sócias.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá levantar balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros intermediários ou intercalares e/ou declarar e pagar juros sobre capital próprio com base neles mediante decisão da maioria das sócias.

Parágrafo 3º - Nos termos do Artigo 1.007 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, os lucros e juros sobre capital próprio poderão ser distribuídos e pagos desproporcionalmente à participação das sócias no capital social da Sociedade, mediante decisão da maioria das sócias ou deliberação do Diretor, conforme o caso.



DUCEP
10 09 15

000028

11

EXCLUSÃO DE SÓCIA POR JUSTA CAUSA

Cláusula 17 - Será considerada justa causa para exclusão a prática, por qualquer sócia, de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo 1º - Além do disposto acima, poderá ser considerada justa causa a ocorrência dos seguintes fatos:

- (i) quebra do *affectio societatis*, deliberada por sócias representando no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social;
- (ii) concorrência, direta ou indireta, tanto como proprietário, acionista, sócio, investidor, parceiro, licenciado, financiador, operador, consultor, empregado, ou de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Sociedade; e
- (iii) proposta ou contratação de qualquer diretor, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer outra forma contratar seus serviços.

Parágrafo 2º - A exclusão da sócia deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando a sócia sujeita à exclusão ciente, em tempo hábil, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa. A exclusão da sócia deverá ser formalizada através de alteração deste Contrato Social, sendo desnecessária a assinatura da sócia ora excluída.

Parágrafo 3º - O reembolso da sócia excluída será feito pelo valor patrimonial de suas quotas, apurado em balanço patrimonial especialmente levantado para esse fim, devendo ser pago em até 90 (noventa) dias a partir da liquidação de suas quotas.

CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

Cláusula 18 - Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, insolvência, liquidação, retirada ou exclusão de qualquer sócia, as demais sócias terão o direito de preferência na aquisição das quotas da sócia falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida, insolvente, liquidada, retirante ou excluída, podendo a Sociedade continuar seus negócios, sendo que o direito de preferência será exercido nos termos e nas condições previstas neste Contrato Social.



JUCESP
10 09 15

000029

12

LIQUIDACÃO

Cláusula 19 - No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único - Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula 20 - A Sociedade é regida pelas disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.

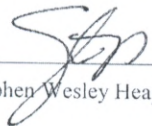
FORO

Cláusula 21 - As controvérsias oriundas do presente Contrato Social serão resolvidas no foro da Comarca da Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja."

Estando assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Valinhos, 29 de julho de 2015.

VERMEER MANUFACTURING COMPANY

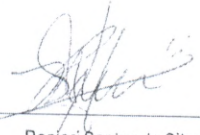

p.p. Stephen Wesley Heap

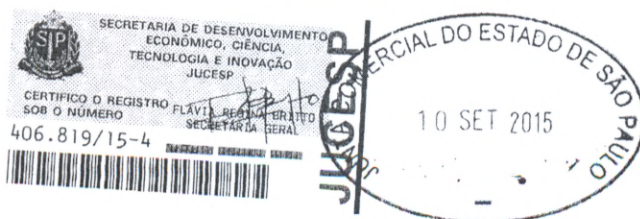
VERMEER MARKETING CORPORATION


p.p. Stephen Wesley Heap

TESTEMUNHAS:

1. 
RG:
CPF: José Bispo Santos
RG 42.123.795-8 SSP-SP
CPF 218.108. 948-59

2. 
RG:
CPF: Ranieri Santos da Silva
RG: 49.489.038-1 SSP/SP
CPF: 380.638.958-60



Doc. 6468873-v6



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

000030

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2019

Ratifico a pretendida dispensa de licitação, com fundamento no art. 25, inciso I da Lei nº. 8.666/93, a favor das empresas VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.377.665/0001-35, referente à aquisição de peças para reposição do picador de galhos BC1000XL, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor total de R\$-3.105,52 (três mil, cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos), face ao disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, em 11 de março de 2019.



Victor Celso Martini
Prefeito Municipal

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8383

CNPJ - 76.282.680/0001-45



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de solução de desenho assistido, através de aquisição de softwares para atender a Prefeitura Municipal de Marialva, pelo Menor Preço Por Item.
Obtenção do Edital: Prefeitura Municipal de Marialva Rua Santa Efigênia, 680 Marialva-Pr ou www.marialva.pr.gov.br
Recebimento das Propostas: até 26 de março de 2019 às 16:00 hs
Abertura das Propostas: 27 de março de 2019 às 09:00 hs
Informações: (44) 3232-8372 (voz e fax) ou compras@marialva.pr.gov.br

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, Estado do Paraná, em 12 de março de 2019.

THIAGO MEDEIROS PINTO
Diretor de Licitação

Thiago Medeiros
Diretor de Licitação
RS: 9.917.852-8
CPF: 123.305.867-36

000031



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2019

Ratifico a pretendida dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 a favor da empresa MARIALVA IMPRESSÕES – EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 12.359.901/0001-53, para a Contratação do serviço de impressão a laser de 14950 (quatorze mil, novecentos e cinquenta) carnês de IPTU do exercício de 2019, disponibilizando consulta e impressão de 2ª via através da internet no site da Prefeitura Municipal de Marialva, fornecendo a imagem dos carnês para impressão, no valor total de R\$-10.764,00 (dez mil, setecentos e sessenta e quatro reais), face ao disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, em 11 de março de 2019.

Victor Celso Martini
Prefeito Municipal



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

Estado do Paraná

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2019

Ratifico a pretendida dispensa de licitação, com fundamento no art. 25, inciso I da Lei nº. 8.666/93, a favor das empresas VERMEER EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.377.665/0001-35, referente à aquisição de peças para reposição do picador de galhos BC1000XL, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor total de R\$-3.105,52 (três mil, cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos), face ao disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, em 11 de março de 2019.

Victor Celso Martini
Prefeito Municipal

VIGÊNCIA : Prazo de 12 (doze) meses.
REGIME DE EXECUÇÃO: A execução será conforme a demanda.
LEGISLAÇÃO : O presente Contrato reger-se-á de acordo com a legislação em vigor.
DATA : 11 de março de 2019.

VICTOR CELSO MARTINI
Prefeito Municipal



SAMAE - SERVIÇO DE
MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA
TÉCNICA
Rua Desembargador Antonio
CNPJ/MF - 02.254.521/0001-00

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando a solicitação formulada e considerando a necessidade da aquisição de uma quantidade prevista para impressão de 14.950 (quatorze mil, novecentos e cinquenta) carnês de IPTU do exercício de 2019, pelo solicitante, devidamente constante no processo de aquisição, pela sua natureza e valor, não sendo necessária a realização de licitação, conforme o limite previsto para dispensa de licitação, o nº 8.666/93, razão pela qual se justifica a dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93, no valor total de R\$ 2.667,00 (dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais), em favor da empresa: **Personalize** - empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90473365-27 Insc. Municipal 58026, situada na Rua Perna CEP 83.325-210 no Município de Marialva, situação fiscal em relação à Seguridade Social em conformidade com a legislação em vigor. Fica a dispensa devidamente ratificada.

seus termos e atos.

Munhoz de Mello - Pr., 11 de Março de 2019.

Gerardo Mello
Diretor do SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Domingos Ricardo de Lima
Telefone (44) 3258-1122
www.munhozdepr.com.br
"Munhoz de Mello: Cidades em Desenvolvimento"

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 97/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

CONTRATADA: NUTRIÇÃO ORIGINAL

OBJETO: O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS NUTRICIONAIS, PARA PACIENTES EM ATENDIMENTO PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, REGISTRADOS NO REGISTRO DE PREÇOS ASSINADA EM 26/02/2019.

VALOR: 1.128,00

DATA DO CONTRATO: 26/02/2019

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2019

MUNHOZ DE MELLO, 26/02/2019.